



MONTEIRO, A. M. F. C; PENNA, F. A. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011

OLIVEIRA, Lucas Maciel. A interseccionalidade de Carla Akotinere e o marxismo: apontaremos críticos a partir de Marx Lukács e Chasin. **Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, p 1-26, 2019.

NAS TRILHAS DO SERTÃO: MULHERES, LUTA PELA TERRA E O LEGADO DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Maria de Fatima Carlos de Oliveira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
maria.carlos@estudante.ufcg.edu.br

Maria Vitória Avelino Vieira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
vitoria.avelino@estudante.ufcg.edu.br

Mara Edilara Batista De Oliveira
CARTONOMIA/UNAGEO/CFP/UFCG
mara.edilara@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória histórica do papel das mulheres na luta pela terra e especialmente junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Semiárido da Paraíba. Teremos como recorte específico de pesquisa o papel da luta dessas mulheres no Assentamento Padre Cleides, localizado no município Santa Helena-PB. Como fundamentação teórica iremos recuperar o processo histórico de luta pela terra e o papel da mulher desde as Ligas Camponesas, conhecendo essas mulheres que tiveram papel central nessa história. Assim como buscaremos entender o papel da Igreja na luta pela terra, por meio da CPT, considerando sua relação com as transformações políticas da época. O recorte voltado para a atuação das mulheres no Assentamento Padre Cleides nos ajudará a dar ênfase à relevância das mulheres, seu papel vital na luta pela terra, bem como suas contribuições para as atividades produtivas, reivindicando seus direitos e desafiando os estereótipos do gênero.

Palavras-chave: Luta pela Terra; Feminismo Rural; Interseccionalidade; Movimentos Sociais.



INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico espacial do Brasil é perceptível a distribuição desigual da terra, que caracteriza o Brasil hoje como o 2º maior país que concentra mais terra no mundo. A primeira forma de distribuição de terras no Brasil, ocorreu pelo sistema de Capitânicas Hereditárias, em que os donatários recebiam da Coroa uma grande extensão de terra, em troca de favores e tributos, em que estes poderiam explorar a terra e posteriormente passar para seus herdeiros. É mediante este cenário que surgem os primeiros movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. Fernandes (1999, p.15) relata que:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.

Mas é a partir da década de 1940 que os movimentos sociais de luta pela terra começam a ganhar dimensão territorial e política que possuem hoje. Vários foram os processos históricos que proporcionaram essa visibilidade e alcance desses movimentos sociais no caso do Brasil. Entre outros processos históricos que fortaleceram a luta dos movimentos sociais, podemos elencar a criação do Estatuto da Terra o qual foi instituído por meio da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, período Militar no país. Nesta lei fica determinado que a terra tem uma função social e que deve ser utilizada para produzir alimentos, mercadorias e para o trabalho, gerando renda. Não obedecendo este padrão, os grandes latifúndios seriam considerados improdutivos e destinados à Reforma Agrária (Santos, 2011).

Com isso, a Reforma Agrária, que foi instituída por meio do Artigo 184 da Constituição Federal de 1988, passa a ser pauta política no país. Para atender a esses processos de redistribuição de terras, é lançada a Política Nacional de Reforma Agrária- PNRA. Como forma de organização espacial das famílias beneficiadas, a PNRA estabeleceu modelos de assentamento rural. O Assentamento Rural pode ser definido como:



Um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Inca em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. (<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>).

Conforme a Lei 4.504/1964 (Planalto, 2023), precisam ser estabelecidos critérios para a avaliação das terras antes de serem consideradas improdutivas, uma terra considerada improdutiva é quando não cumpre a função social, segundo o artigo 186 a função social é:

Cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Justia Brasil :: Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 > TÍTULO VII > CAPÍTULO III :: Ley de Brasil).

Neste contexto, para avaliar os critérios exigidos pela Lei foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – (INDA), que depois, em 1970, se tornou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA). Nesse contexto de ampliação de direitos no âmbito da luta pela Reforma Agrária no país, tivemos na década de 1980 e de 1990 o surgimento de movimentos sociais que pressionaram e pressionam ainda hoje o Estado na garantia desses direitos. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o surgimento da luta pela terra na Paraíba, é essencial conhecer o processo histórico que moldou a formação do espaço paraibano.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO

Conforme Mitidiero Junior (2008) a organização do espaço no Estado da Paraíba seguiu os moldes da ocupação colonial portuguesa. Assim como em todo o território colonizado por eles, a ocupação começou pelo litoral e se estendeu em direção ao interior, explorando os recursos naturais encontrados. Uma parte significativa do espaço agrário foi dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, principalmente para fins de exportação.

Com o tempo, a importância da cana-de-açúcar na Paraíba não diminuiu, mesmo após o declínio da produção do açúcar em território brasileiro. Durante o período colonial, isso levou à formação de espaços rurais com engenhos de cana-de-açúcar, cercados por vastos canaviais.



O trabalho nessas áreas era realizado por escravos ou por moradores de condição⁵⁶, um sistema que persistiu após a abolição da escravatura e que estava baseado no sistema de sesmarias⁵⁷, ambos baseados na doação de terra para realizar atividades agrícolas (Mitidiero Junior, 2008).

Ao longo dos anos, o território paraibano experimentou diversos sistemas de cultivo, incluindo a criação de gado no sertão, tanto para consumo local quanto como força motriz na produção de açúcar, o que levou à formação de grandes fazendas. Além disso, o cultivo de algodão também teve um papel significativo na economia local. Conforme observado por Moreira e Targino (1997), a cotonicultura no sertão se consolidou como resultado da combinação de gado, algodão e policultura, influenciando a organização do espaço agrário sertanejo até meados do século XX.

Conforme destacado por Mitidiero Junior (2008), até a metade do século XX, o território paraibano era caracterizado por extensas áreas de latifúndios e pelo uso de trabalho escravo e moradores de condição. Por volta dos anos 1920 e especialmente na década de 1940, com o apoio do governo, houve uma transição dos engenhos para as usinas açucareiras. A modernização agroindustrial na década de 1960 ampliou ainda mais o espaço destinado ao cultivo de cana-de-açúcar pelas usinas, resultando em transformações significativas que afetaram as condições sociais.

Como é o caso do morador de condição, que com a mecanização no campo, entre outros fatores, passou a ter a vida marcada pela incerteza, pois podiam ser expulsos de suas terras a qualquer momento, uma situação que afetou muitos deles e contribuiu para o surgimento do maior movimento camponês da época: as Ligas Camponesas. Na Paraíba, em fevereiro de 1958, criou-se a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, popularmente conhecida de ligas camponesas, surgiu em decorrência da exploração de trabalho dos moradores de condição próxima às áreas de canaviais de Sapé.

⁵⁶ A principal definição de morador de condição é que uma família camponesa recebe uma faixa de terra cedida pelo proprietário e eles deveriam pagar pela terra cedida em forma de trabalho, ou com dinheiro, ou com produto colhido.

⁵⁷ "Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens"



Com a organização sólida dos camponeses nas Ligas Camponesas, os fazendeiros começaram a temer pela perda de suas terras e, por isso, intensificam a expulsão dos trabalhadores como uma maneira de reafirmar seu controle sobre as propriedades. Em 1964, com o golpe militar e a subsequente extinção das Ligas Camponesas, houve um aumento na expulsão dos moradores de condição, já que o regime militar autorizou o uso de força militar ou policial para remover esses moradores de suas terras. Além disso, o regime militar incentivou a expansão das propriedades agropecuárias no Nordeste, o que exigia mais terras. A saída dos trabalhadores das propriedades rurais ou das usinas era uma realidade tanto antes do golpe militar quanto depois do golpe militar.

UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), NA PARAÍBA

Na Paraíba a primeira Liga Camponesa surge no município de Sapé em fevereiro de 1958, decorrente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Ela nasce da insatisfação dos moradores de condição que eram explorados nas áreas de canaviais próximo a Sapé. Sob a liderança de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, estes trabalhadores rurais se reuniam em frente a associação para discutir sobre o aumento do preço do foro⁵⁸, a redução dos dias de trabalho de cambão⁵⁹ a ser pago ao proprietário da terra e de como se defenderem de uma possível expulsão. Foi a partir dessas reuniões que a mobilização das Ligas Camponesas começou a ganhar força e dimensão espacial por toda a Paraíba (Mitidiero Junior, 2008).

Conforme Mitidiero Junior (2008) na Paraíba, a igreja também está presente, nesse contexto da luta pela terra, em que ela investe nesse campo político e busca incentivar os camponeses a formar sindicatos rurais. Buscando com que esses movimentos deixassem de ter um caráter marcado pela violência e passasse a ter um caráter mais social. Mas, todavia, o clero lutava contra essas Ligas, a fim de exterminar essas ações que vão contra os ideais religiosos de paz, então eles buscavam a socialização desses movimentos.

⁵⁸ Encargo financeiro a ser pago ao proprietário da terra pelo morador de condição que geralmente moravam nas áreas de cana de Engenho/ Usina.

⁵⁹ Cambão: dias de trabalho gratuito cedido ao proprietário da terra, como forma de agradecimento pelo “pedaço” terra utilizado pelo camponês.



A CPT que tem grande atuação no estado da Paraíba, surge no contexto da ditadura militar onde um lado havia uma sociedade fragilizada pela injustiça e pela desigualdade social e por outro a Igreja Católica preocupada com essa população menos favorecida. Essa organização social, surge na Amazônia, nas comunidades indígenas e posseiros atingidos pela violência, a Igreja se vê com o compromisso de ajudar essas pessoas, e acredita que essa libertação se inicia diante da libertação desses problemas sócio-políticos. Esses movimentos de denúncia da igreja nascem com Dom Pedro Casaldáliga na Amazônia e direciona-se para as outras regiões brasileiras (Mitidiero Junior, 2008).

Na Paraíba existiam três grupos ligados à questão da terra, Pastoral Rural, Animação dos Cristãos no Meio Rural e Movimento de Evangelização Rural, basicamente possuíam os mesmos ideais, tais como: religioso e atuação no campo. Somente após um tempo é que surge a CPT na Paraíba. Vale ressaltar que mesmo após a criação da CPT, essa herança da luta pela terra que a Igreja construiu permanece. A Igreja e a CPT são conectadas, fazendo parte das arquidioceses e distribuindo nas dioceses do Estado. As dioceses que abrigam essa Pastoral são: diocese de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras.

A CPT-Cajazeiras, ou CPT-Sertão, surgiu como resultado da transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra. No entanto, existem características distintivas que a diferenciam das demais unidades da CPT na Paraíba. Uma dessas características notáveis é a sua localização geoeconômica. Enquanto continua a apoiar o processo de luta pela reforma agrária, sua atuação no sertão a leva a trabalhar em conjunto com os camponeses, oferecendo apoio às estratégias de convivência com o Semiárido.

Como apontado por Mitidiero Junior (2008, p.315-316), uma das características da CPT Sertão ou CPT Cajazeiras, está associada: “A história da formação da CPT Cajazeiras ou CPT Sertão também acompanhou a transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra, porém existem alguns fatos históricos na sua formação que a particularizam em relação às demais. As características geoeconômicas do Sertão, certamente influenciaram na forma de atuar. Não é por menos que a luta pela terra se inicia-se nos açudes públicos e que o discurso e os projetos estão baseados na ideia de reforma agrária atrelada à convivência com o semi-árido”.

Uma característica distintiva da unidade da CPT-Cajazeiras é a desafiadora conjuntura eclesial durante sua formação. A diocese de Cajazeiras, naquela época, era marcada pela



liderança de bispos conservadores. Mesmo após o reconhecimento da CPT pela CNBB, Dom Zacarias Rolim de Moura manifestou resistência à formação e às ações da Pastoral da Terra. Diante dessa resistência eclesial, Socorro Golveia (in memoriam),⁶⁰ que atuava como coordenadora diocesana, manteve sua luta pela terra em segredo, o que eventualmente levou à metamorfose da Pastoral da Terra na Comissão Pastoral da Terra.

Socorro Golveia contava com o apoio do Padre Cleides, que desempenhava um papel fundamental na articulação dessa iniciativa à margem da instituição eclesiástica. Mesmo diante da proibição do Bispo Dom Zacarias, Socorro Goveia continuou seu trabalho, culminando assim com a criação da CPT- Cajazeiras (Mitidiero Junior, 2008). O artigo tem como intuito dar voz a essas mulheres paraibanas que lutaram e lutam pela terra, ao explorar o legado dessas mulheres visionárias e fortes, é essencial reconhecer não apenas a importância das suas conquistas, mas também a necessidade de apoiar e fortalecer suas vozes.

MULHERES PARAIBANAS NA LUTA PELA TERRA: UM LEGADO DE RESILIÊNCIA E DETERMINAÇÃO

Muitas pessoas se destacam na luta pela terra. Entre esses heróis notáveis, as mulheres se destacam como pilares fundamentais desse movimento, onde lutam pela terra e por uma vida digna para suas famílias. Em um ambiente caracterizado por repressões implacáveis e hostilidades contra aqueles que ousaram questionar o status quo da propriedade privada da terra, e ousaram se levantar contra a exploração, em nome do bem comum, frequentemente enfrentam autoritarismo e impunidade, tendo suas vidas ceifadas.

Algumas dessas mulheres se destacam por suas realizações e influência duradoura na história. Suas histórias inspiradoras e conquistas devem ser lembradas e celebradas. No entanto, é importante reconhecer que inúmeras outras mulheres, embora não amplamente reconhecidas, desempenharam papéis igualmente cruciais e suas contribuições não devem ser subestimadas. Dentro desse cenário, é fundamental conhecer a história dessas mulheres e o papel fundamental que desempenharam na luta pela reforma agrária.

⁶⁰ Socorro Golveia faleceu em 01/11/2023, durante o período da escrita do artigo. SOCORRO GOLVEIA, PRESENTE!



Ao dar início a uma investigação bibliográfica sobre as mulheres paraibanas na luta pela terra, o objetivo primordial foi destacar as principais personalidades e narrativas, suas lutas e conquistas. A metodologia adotada utilizou como recurso principal o “Jornal Pastoral da Terra”, edição 2006, nº 182, complementando por uma pesquisa em fontes diversas. A combinação dessas metodologias, buscou criar um panorama simples e detalhado dessas mulheres paraibanas que lutaram pela terra, deixando seu legado de resiliência e determinação.

ELIZABETH ALTINA TEIXEIRA

Elizabeth Altina Teixeira nasceu em 13 de fevereiro de 1925, na fazenda Anta do Sono, localizada em Sapé, município a cerca de 50 quilômetros da capital paraibana. Ela era filha de um fazendeiro e comerciante. Em 13 de fevereiro de 2023, celebrou seu 98º aniversário. Elizabeth é conhecida por sua atuação como militante das Ligas Camponesas na Paraíba, sendo até hoje uma referência na luta pela terra.

Ela foi companheira de João Pedro Teixeira, um homem negro, operário e de origem humilde que mais tarde se tornou vice-presidente das Ligas Camponesas na Paraíba. Tragicamente, João Pedro Teixeira foi assassinado a tiros de fuzil em 1962, por dois policiais militares, Chiquinho e Alexandre, a mando do usineiro Agnaldo Veloso Borges. Os dois policiais confessaram o crime e implicaram o mandante. Agnaldo Veloso Borges, na época, era o quinto suplente a deputado estadual, e ele se beneficiou da renúncia dos outros quatro suplentes e de um deputado para assumir o cargo, garantindo a impunidade parlamentar.

Após a morte de seu marido, Elizabeth assumiu a presidência da Liga Camponesa de Sapé e, posteriormente, a liderança das Ligas Camponesas no Estado. Ela não se curvou às ameaças dos latifundiários e continuou a lutar por trabalho digno, reforma agrária e justiça no campo.

Devido à perseguição, Elizabeth e seus 11 filhos não conseguiram permanecer juntos para escapar da morte, cada um partiu para diferentes partes do Brasil. Ela foi presa em várias ocasiões, perdeu dois filhos em assassinatos e uma filha cometeu suicídio. Durante seu período na clandestinidade, Elizabeth adotou um nome falso e permaneceu escondida por 17 anos, trabalhando como lavadeira e professora.



Em 1979, Elizabeth foi beneficiada pela Lei da Anistia e pôde retornar à Paraíba, estabelecendo-se novamente em Sapé e, posteriormente, em João Pessoa. Seu legado de coragem e dedicação continua a inspirar a luta por justiça social e igualdade no campo até os dias de hoje.

MARGARIDA MARIA ALVES

Margarida Maria Alves, nascida em 5 de agosto de 1933, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba, deixou uma marca indelével na história do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Em 1973, ela fez história ao se tornar a primeira mulher a ocupar a presidência de um sindicato no estado, sendo eleita pelo Sindicato de Alagoa Grande.

Durante seus 12 anos à frente do sindicato, Margarida liderou mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho na Paraíba. Sua incansável dedicação estava voltada para a defesa dos direitos do homem do campo, incluindo a busca pelo décimo terceiro salário, o registro em carteira, a jornada de trabalho de oito horas e férias obrigatórias.

Além de sua atuação sindical, Margarida também foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Esta organização, até os dias de hoje, desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar. Tragicamente, em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade, Margarida foi assassinada na porta de sua casa com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto, na presença de seus dois filhos e seu marido. O atirador, um homem encapuzado, fugiu em um veículo Opala vermelho, onde outras duas pessoas o aguardavam. Na época de sua morte, Margarida estava envolvida em 72 ações trabalhistas contra fazendeiros locais. Os mandantes desse crime faziam parte do chamado "Grupo da Várzea", composto por 60 fazendeiros, 3 deputados e 50 prefeitos. Para honrar a memória de Margarida Maria Alves, o 12 de agosto tornou-se o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária".

MARIA DA PENHA NASCIMENTO

Maria da Penha Nascimento, nascida em 1949 na cidade de Alagoa Grande, Paraíba, teve uma trajetória marcante na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e das mulheres. Sua



jornada começou em 1964 quando se casou com José Horácio, um ativo participante do movimento de organização dos trabalhadores rurais. Gradualmente, ela se envolveu cada vez mais nas lutas no campo.

Em 1972, Maria passou a integrar de maneira mais direta a luta sindical ao aceitar o convite de Margarida Alves, que na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Seu compromisso com a causa cresceu ao longo dos anos. Em 1980, foi uma das fundadoras da CUT (Central Única dos Trabalhadores) na Paraíba. Dois anos depois, com o trágico assassinato de Margarida Alves, Maria da Penha assumiu a liderança do sindicato, dando continuidade à luta contra a violência e a impunidade dos fazendeiros.

Além de seu engajamento sindical, Maria da Penha teve um papel importante na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoa Grande. Ela se candidatou a vereadora, conquistando a suplência e, posteriormente, sendo eleita deputada federal. Maria da Penha também foi a fundadora do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT na Paraíba. Sua vida foi tragicamente interrompida em 15 de março de 1991, em um acidente automobilístico que também tirou a vida da líder feminista Beth Lobo.

MULHERES PARAIBANAS NA ATUALIDADE E O ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Uma das grandes conquistas da luta pela terra na Paraíba é o Assentamento Padre Cleides localizado na cidade de Santa Helena-PB. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010), a população de Santa Helena é de Helena é de 5.369 pessoas, sendo que 2.702 pessoas residem na área urbana, e 2.667 residem na área rural. Com uma extensão territorial de 211.143m², uma densidade demográfica de 25,53 hab/ km², e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,609.

O assentamento foi estabelecido em 15 de setembro de 2010, através da desapropriação da Fazenda Saco, que abrangia uma área de aproximadamente 1.030 hectares e pertencia ao latifundiário Romualdo Rolim. Em 8 de dezembro de 2008, a área foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária.



Para conquistar o território, um grupo de 25 famílias, coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ergueu barracas de lona na entrada da Fazenda Saco e permaneceu lá por 1 ano e 9 meses. Em setembro de 2010, finalmente receberam a posse da terra e deram a ela o nome de Assentamento Padre Cleides.⁶¹ As famílias passaram a residir nos barracões existentes na propriedade.

Atualmente, a comunidade é composta por 18 residências de alvenaria, uma capela, uma sede para a associação, quatro açudes, áreas de plantação, áreas de criação de animais e áreas de preservação. Os assentados se dedicam à agricultura camponesa e familiar, cultivando milho, feijão, frutas e hortaliças para sustentar suas famílias.

Um estudo conduzido por Espego (2017) mostrou que as mulheres do Assentamento Padre Cleides participam de todo o processo produtivo, desde o plantio das lavouras até a colheita e o armazenamento dos grãos. Elas também desempenham um papel importante no cuidado e alimentação dos animais, no beneficiamento de frutas e na produção de produtos como queijos, doces e bolos para venda em feiras agroecológicas.

A participação ativa das mulheres no assentamento Padre Cleides é fundamental, visto que as terras, casas e alguns projetos sociais são registrados em nome delas, valorizando assim seu papel na formação das famílias.

Ao analisarmos a participação das mulheres na luta pela terra, é essencial compreender a dinâmica de gênero no contexto do assentamento camponês. O reconhecimento da necessidade de envolver as mulheres é o resultado de um processo complexo e em constante evolução. A superação e a luta pela auto-organização das mulheres têm sido impulsionadas por mobilizações e pela organização delas nos movimentos sociais.

É importante enfatizar que no Assentamento Padre Cleides essa realidade está mudando, graças a programas e projetos voltados para o público feminino, as mulheres são capazes de reconhecer seu papel dentro da comunidade. Como podemos perceber pela fala da Luciana⁶² (assentada) que argumenta que:

⁶¹ Homenagem ao Padre Domingo Cleides Claudino, residente na cidade de Uiraúna, é um grande colaborador na luta pela terra.

⁶² Nome fictício, para preservar a identidade da entrevistada.



Os desafios encontrados na luta pela igualdade são muitos, tem mulheres que não sabem nem o que é igualdade de gênero, que é muito difícil de entender, e as pessoas mais velhas têm dificuldades em entender [...] muitas mulheres não sabem nem quais são seus direitos, por se fecharem dentro de casa.

No contexto da luta pela terra, as relações de gênero se manifestam de forma única, entrelaçando-se de maneira complexa. Tanto na fase de acampamento quanto no assentamento, as mulheres demonstram um nível de autopercepção equivalente ao dos homens, atuando como sujeitos igualmente comprometidos com a resistência.

A figura da mulher como sujeito de resistência e "companheira de luta" é valorizada, especialmente devido à sua notável capacidade de trabalho e à sua habilidade em atribuir novos significados a esse momento desafiador. Este significado em construção ressalta que as mulheres possuem tanta força, se não mais, do que os homens, reforçando assim seu papel fundamental nesse contexto (Franco García, 2004).

No entanto, a participação das mulheres camponesas na esfera política, seja por meio de sindicatos, associações ou movimentos sociais, têm desempenhado um papel crucial na construção de um aprendizado coletivo. Através dessa participação, as mulheres passam a reconhecer sua importância na formação dos assentamentos. Homens e mulheres, portanto, compõem uma comunidade que trabalha diariamente e busca sua sobrevivência por meio do estilo de vida camponês nas terras que conquistaram através da luta.

Cheguei ao assentamento por falta de recursos e melhores oportunidades. No início eu não estava muito envolvida mas o meu esposo sim, só depois que cheguei e fui conhecendo e me adaptando às demandas, fui participando dos movimentos de Luta pela a Terra. Até que foi criada a associação, onde passei a participar como membro. Depois participei da coordenação como secretária e foi assim que começou o meu maior envolvimento com a causa. (Luciana, assentada)

O legado das mulheres do Assentamento Padre Cleides, consiste em destacar o papel da mulher na luta pela terra, seja ela envolvida no trabalho doméstico, na agricultura ou na militância, seja como assentada ou acampada. Proporcionando elementos que evidenciam como a participação feminina está contribuindo para a construção e dinamismo do espaço geográfico, ao mesmo tempo em que desafia os estereótipos que historicamente a relegaram à submissão e exploração.

CONCLUSÃO



Ao longo do artigo, exploramos a formação da luta pela terra, a qual não é recente em nosso país, pode-se afirmar que ela remonta toda a nossa história. Ficou evidente que a concentração de terras nas mãos de poucos, moldou a estrutura agrária do país, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Diante, do cenário exploração e expropriação, inicia-se os movimentos sociais de luta pela terra, culminando com a criação das ligas camponesas e posteriormente a CPT no estado paraibano.

Na Paraíba, observamos como a formação do espaço agrário foi influenciada pela exploração da cana-de-açúcar, gado e algodão, resultando na concentração de terras em grandes latifúndios. A transição dos engenhos para as usinas açucareiras e a modernização agroindustrial trouxeram mudanças significativas na organização do espaço agrário, afetando as condições sociais dos moradores de condição e contribuindo para o surgimento das Ligas Camponesas. Mas a nossa investigação tem como intuito dar voz às mulheres paraibanas que lutaram e lutam pela terra, onde as mulheres continuam a desempenhar um papel central na defesa de seus direitos e na transformação das dinâmicas sociais e políticas na região.

Ao resgatarmos a história de algumas dessas mulheres pioneiras que desafiaram as normas sociais e estereótipos de gêneros, podemos compreender a dimensão de suas contribuições para a reforma agrária e justiça social. Suas ações não apenas moldaram a luta pela terra, mas como também redefiniram os papéis tradicionais de gênero, evidenciando que a igualdade e a equidade são pilares fundamentais para uma sociedade mais justa.

No Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB, as mulheres não apenas reivindicam seus direitos, como também desempenham um papel importante nas atividades produtivas em sua comunidade. Suas histórias de resiliência e perseverança nos lembram que a luta pela terra não é apenas uma batalha por propriedade, mas também uma busca por dignidade, igualdade e inclusão.

REFERÊNCIAS

Assentamento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, acesso em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>



Biografia de Elizabeth Teixeira, acesso em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/05/de-olho-na-historia-ii-elizabeth-teixeira-95-anos-uma-camponesa-marcada-pela-resistencia/>

Biografia de Elizabeth Teixeira, acesso em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/elizabeth-teixeira/>

ESPEGO, Wirnaide Maria Rolim. **Relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.** 2017. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** 2004. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

Jornal Pastoral da Terra- edições 2006, n° 182. Acesso em <https://www.cptnacional.org.br/>

Justia Brasil :: Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 > TÍTULO VII > CAPÍTULO III :: Ley de Brasil

MITIDIERO JUNIOR, M. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba.** São Paulo:USP,2008

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária na Paraíba.** João Pessoa: Ed: Universidade Federal da Paraíba,1997

Planalto, Lei n° 4.504, 30 de novembro de 1964. Acesso em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4504&ano=1964&ato=03cMTWE9UNVRVT5b5>

Santa Helena, IBGE-cidades. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-helena/panorama>



SANTOS, Júlio César Borges dos. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.